

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2020 a 30/06/2020

Indexação: "Reforma Administrativa"

Documento 1/9

71.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -02/06/2020- CD	16:32
Publ.: DCD - 6/3/2020 - 60	- SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pelo discurso proferido em defesa da Constituição Federal e da democracia. Necessidade de diálogo do Presidente Jair Bolsonaro com o Parlamento brasileiro e instituições republicanas. Gravidade das crises econômica, social e sanitária reinantes no País. Quadro de insegurança institucional vigente no Brasil. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa. Orientação de bancada na votação da subemenda substitutiva oferecida pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 2.508, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista ao estabelecimento de medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental, em relação ao recebimento do auxílio emergencial mencionado do art. 2º do referido diploma legal, ressalvados os destaques.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, aproveitar a oportunidade para parabenizar V.Exa. - eu não tive oportunidade de falar na semana passada - pela responsabilidade cívica com o Brasil, pelo belo pronunciamento que fez em defesa da Constituição e, sobretudo, das instituições do País. Isso mostra a experiência que V.Exa. acumulou ao longo da sua vida pública e como Presidente de uma das Casas do Parlamento. E eu penso que, mais do que nunca, é hora de responsabilidade cívica com o País.

Eu quero usar os 2 minutos e meio da Liderança dos Republicanos para dizer que estou, cada vez mais, convencido de que o Presidente Bolsonaro não vai conseguir governar o Brasil, se não tiver capacidade de dialogar com o Parlamento e com as instituições.

O Brasil vive um dos momentos mais difíceis da sua história, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e, sobretudo, do ponto de

vista sanitário. Há um combo de dificuldades formado. E, se não houver serenidade, equilíbrio e responsabilidade, infelizmente, este País vai terminar o ano numa situação dramática.

V.Exa. fez uma fala nessa direção. E é preciso que o Presidente siga esse desprendimento de V.Exa. para dialogar com o Brasil e com as instituições.

Presidente, eu estou muito preocupado com o País. Nós terminamos o último ano com a perspectiva de crescimento de 2,5% do PIB brasileiro neste ano, com um déficit na ordem de 129 bilhões de reais e recuperação do investimento público, mas, hoje, o que se tem é um quadro completamente adverso. E os sinais já apontam que a crise poderá ser pior que a de 2015 e 2016 e talvez pior que a de 1929. O quadro que se desenha é o de uma queda de 5,5% ou mais no PIB e um déficit na ordem de mais de 600 bilhões de reais. Este é o combo de dificuldades que está formado: crise sanitária, crise econômica e, agora, crise institucional, muitas vezes estimulada pelo Presidente Bolsonaro.

Uma das marcas do nosso País sempre foi a da insegurança jurídica, e hoje nós temos a insegurança institucional no Brasil.

O mercado internacional, o setor produtivo está muito preocupado com a situação econômica do Brasil. E é por isso que nós temos que serenar os ânimos e ajudar a agenda do Brasil: a agenda econômica; a agenda da Previdência, cuja reforma V.Exa. liderou no ano passado - a França, há 3 anos, tenta votar uma reforma da Previdência e até agora não avançou -; a agenda da reforma tributária, que precisa avançar - o Governo, infelizmente, ainda não encaminhou para cá a sua proposta de reforma tributária -; e a agenda da reforma administrativa, que está avançando internamente na Casa, já que o Governo também ainda não apresentou sua proposta.

É preciso que, após a crise sanitária, a equipe econômica apresente a agenda econômica que o próprio Governo defende, não o Plano Pró-Brasil. É importante a volta do investimento público, é fundamental, mas não basta só o investimento público. É preciso avançar na agenda das reformas, na retomada do crescimento e, sobretudo, no respeito às instituições, para o Brasil avançar.

Quero dizer, Presidente, que nós do Republicanos votaremos a favor desta matéria, uma matéria justa, solidária, correta. Eu entendo que as mães têm papel fundamental na construção da cidadania, sobretudo como chefes de família. A Deputada Lídice da Mata citou alguns dados do IBGE. Hoje, mais de 80% das famílias são chefiadas pelas mulheres. Então, é fundamental esse aporte que será feito através do auxílio emergencial. Atualmente, mais de 12 milhões de mães de

família assumem a responsabilidade de chefiar a sua família.

É preciso que, neste momento de crise, o Governo Federal e o Congresso Nacional possam dar essa ajuda às mães, que precisam mais do que nunca da atenção do Parlamento brasileiro.

Presidente, quero parabenizá-lo pela coragem e pela correção. Eu aprendi na vida, lá no Nordeste, que a verdade sempre vence. Eu tenho certeza de que V.Exa. está do lado da verdade. Este é o Congresso mais reformista desde a Constituição de 1988. A história há de julgar V.Exa.

Acho que o que devemos fazer agora é decantar e ajudar o Brasil neste momento difícil. É o apelo que faço. Nós do Republicanos estamos dispostos, mais do que nunca, a ajudar o Brasil.

Parabéns!

Documento 2/9

73.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -04/06/2020- CD	11:24
Publ.: DCD - 6/5/2020 - 47	- MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 923, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 5.768, de 1971, relativa à distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e o estabelecimento de normas de proteção à poupança popular. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa. Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a respeito das medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o voto "não" do Partido Novo na orientação a esse requerimento de retirada de pauta.

Aproveito também a oportunidade para dizer que nós do Partido Novo estamos focados, mais uma vez e como sempre, na aprovação das reformas de que o Brasil precisa. Nós estamos debatendo as reformas desde o início do ano passado, desde o início dos nossos mandatos, e

até agora foi aprovada a reforma da Previdência, que foi muito importante para que o Brasil pudesse recuperar a sua credibilidade nacional e internacional. Mas há ainda as reformas tributária e administrativa, que carecem do envio das propostas do Poder Executivo para este Parlamento.

Nós queremos o quanto antes discuti-las, porque quanto mais tempo levamos para aprovar as reformas tributária e administrativa, mais tempo também levaremos para sair desta crise causada por uma pandemia que tem severos reflexos econômicos.

A reforma tributária nos auxiliará a ter mais competitividade no setor privado e também mais produtividade. Por esse motivo, como já está sendo debatida nesta Casa por uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, precisa voltar urgentemente à pauta dos trabalhos, assim como a reforma administrativa. Se de um lado estamos querendo incentivar a iniciativa privada a voltar a produzir com mais eficiência na saída desta crise, a empregar, Deputado Brito, com o número de desemprego que estamos vendo agora, de outro lado precisaremos avançar nesta pauta das reformas tributária e trabalhista, que são tão importantes para o nosso País. Se não avançarmos na reforma tributária, teremos muitos problemas no setor privado.

Além disso, precisaremos também tratar da redução do tamanho do Estado. A máquina pública está inchada há muitos anos. Por esse motivo, entendemos que a PEC emergencial, esta sim, já em tramitação no Senado Federal, precisa ser aprovada para garantir que haja, se o servidor assim concordar, a redução de salário com a redução da carga horária. Ao mesmo tempo, ela quer permitir que haja mais meritocracia no setor público, para que se tenham menos penduricalhos e menos salários altíssimos, pagos por quem, na ponta, na iniciativa privada, tão pouco ganha - e neste momento de pandemia ainda, em muitos casos, não está ganhando nada.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de falar. Reitero a orientação contrária do NOVO à retirada de pauta desta MP.

Com muita veemência, digo que é preciso voltar a tratar das reformas. Não há momento mais apropriado do que este para fazer isso.

Obrigado, Sr. Presidente.



Sumário

Homenagem póstuma ao Suboficial José Paulo de Santana, da Marinha do Brasil. Solidariedade aos familiares de vítimas da Covid-19. Ações do Governo Jair Bolsonaro para combate à pandemia de coronavírus. Importância da realização de reformas estruturantes no País, especialmente da tributária e da administrativa. Defesa da reformulação de fundos públicos. Êxito do Governo Jair Bolsonaro na implementação do programa de auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores em situação vulnerável. Importância da aprovação das Medidas Provisórias de nºs 936, de 2020, acerca da instituição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e de medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e 920, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor R\$ 892.000.000,00, para os fins especificados. Combate à corrupção pelo Governo Jair Bolsonaro. Importância da formação de base parlamentar para a aprovação de projetos fundamentais ao desenvolvimento do País.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de iniciar minha manifestação no dia de hoje lamentando a morte de uma referência na Marinha do Brasil, o Suboficial Santana, do Comandos Anfíbios 01.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Operações Especiais das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública do Brasil, tendo servido no Comando de Operações Especiais do Exército por quase 10 anos, tendo sido Comandante do Destacamento Contraterrorismo do Exército e tendo servido nessa atividade do contraterrorismo por quase todo o tempo em que estive nas Operações Especiais, quero lamentar esta e fazer uma homenagem a ele.

O Suboficial Santana era uma referência para a Marinha do Brasil e uma referência para as Operações Especiais. Ele foi formado no Comandos Anfíbios 01, turma de 1972. Tenho certeza de que hoje o Corpo de Fuzileiros Navais da tradicional Marinha do Brasil - eu que sou filho de oficial de Marinha - deve estar muito triste com esse falecimento.

Da mesma forma, quero estender este meu pesar a todas as famílias que perderam seus entes queridos por COVID-19. O Governo Federal tem priorizado salvar vidas, sem deixar a vertente econômica de lado, que é a preservação dos empregos, mas é preciso dizer bem claramente que todo o Governo Federal também se compadece das vidas que estão sendo perdidas. Por isso, estamos adotando mais de

600 medidas interministeriais, ministeriais, medidas legislativas, executivas, normativas que vão, ao final das contas, preservar as vidas dos brasileiros e também salvaguardar os empregos.

Já foram anunciados - eu não me canso de dizer aqui - projetos, programas, liberação de recursos que ultrapassam 1 trilhão e 700 bilhões de reais com esses dois objetivos, com a intenção primordial de fazer com que haja o equilíbrio ótimo entre duas vertentes de atuação nesta crise.

A primeira vertente é a sanitária, que, com certeza, é a mais pronunciada. Na sua frente de combate, nós temos o General Pazuello com a sua equipe, no Ministério da Saúde, fazendo excelente trabalho. A segunda vertente é para que consigamos nos contrapor a uma segunda onda, trata da questão econômica. Nós temos nela a equipe do Ministro Paulo Guedes, com os seus diversos secretários, que está fazendo também um excepcional trabalho e já vislumbrando a retomada das discussões das nossas reformas estruturantes.

O Governo Federal, mesmo em meio à crise, em nenhum momento, abandonou a intenção de prosseguir essas medidas que são importantíssimas para o País, como a questão da reforma tributária.

O nosso sistema tributário brasileiro é caótico, complexo, desestimula o desenvolvimento do nosso ambiente de negócios, por isso nós precisamos reformá-lo. Nós precisamos também fazer uma reforma administrativa para otimizar o serviço público no Brasil. Tenho certeza absoluta de que, na sequência, nós vamos retomar essas duas discussões importantíssimas aqui na Câmara dos Deputados. Vamos receber também do Senado Federal três propostas de emenda à Constituição importantíssimas, também gestadas, elaboradas no seio do Governo. Nós contamos com o apoio dos Senadores para apresentá-las. Inclusive, há uma delas que trata da revisão dos nossos fundos. O Brasil tem mais de 200 fundos nos quais estão represados mais de 220 bilhões de reais. Nós precisamos utilizar esse recurso também para salvar vidas, manter empregos e ajudar na segurança, saúde e educação do povo brasileiro.

Precisamos fazer avançar a PEC Emergencial e fazer a revisão da PEC do Pacto Federativo, dentro da ideia que o Governo sempre defende de diminuir Brasília e aumentar o Brasil. A nossa expectativa inicial era conseguir repassar para Estados e Municípios, em 10 anos ou 15 anos, algo em torno de 450 bilhões de reais.

Então, vejam que se trata de uma ajuda substancial que vai permitir que Governadores, Prefeitos e Vereadores deixem de vir até Brasília para pedir, mendigar recursos, a fim de resolver os seus problemas na



ponta da linha.

Quero também dizer do meu orgulho de representar o Governo Bolsonaro neste Parlamento e parabenizá-lo pelo sucesso do programa que ofereceu ajuda emergencial de 600 reais.

Nós sabemos que este Parlamento aprovaria uma ajuda de 500 reais, mas o Presidente Bolsonaro, entendendo que esse projeto seria voltado para as pessoas mais carentes, permitiu que fosse de 600 reais. E hoje nós temos milhões e milhões de brasileiros fazendo uso desse recurso para a sua subsistência.

O Governo Federal também está ajudando empresas financiando a sua folha de pagamento, está ajudando empregados formais, com a Medida Provisória nº 936, de 2020, que nós já apreciamos aqui, que possibilita a redução da jornada de trabalho e a suspensão dos contratos de trabalho.

Mais de 8 milhões de empregos foram salvos por essa medida provisória que foi tão bem construída pela equipe do Bruno Bianco e apreciada com grande sucesso por este Plenário. Há tantas outras medidas que foram feitas e que ainda serão apreciadas.

A partir da Medida Provisória nº 920, de 2020, nós temos, predominantemente, outras medidas provisórias que salvaguardam empregos e vidas no Brasil durante a pandemia da COVID-19. Elas são voltadas para esse combate e vêm sendo construídas no seio do Governo, no seio desse Ministério técnico que o Presidente Bolsonaro teve a coragem de escalar, diferentemente de outros Presidentes que nós tivemos no Brasil, que fizeram composições, entregaram Ministérios com porteira fechada e depois construíram base parlamentar, inclusive, com a compra de votos, num esquema criminoso que ficou conhecido como mensalão, petrolão. Esquemas que envergonharam e continuam envergonhando o Brasil todas as vezes que nós assistimos no Youtube às delações premiadas ou quando lemos também os acórdãos condenatórios, as sentenças condenatórias.

Eu tenho certeza de que o cidadão brasileiro fica envergonhado e jamais esquecerá o que foi feito: a destruição das nossas estatais e a corrupção que vinha diretamente do Palácio do Planalto.

Para não conflagnar o ambiente, evitamos falar sobre isso o tempo todo. Mas, diante das manifestações que a Oposição faz aqui, é inevitável que relembremos o que aconteceu no passado recente, em que a corrupção, efetivamente, corrompeu a esperança do brasileiro.

E foi com essa motivação que o nosso Governo chegou. Nós estamos

fazendo tudo para conservar a artilharia que o Estado brasileiro possui para combater o malfeito na ponta da linha - é o Estado brasileiro que a possui, e não o Governo brasileiro. Eu estou me referindo ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, aos Tribunais de Contas dos Estados, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, à Controladoria-Geral dos Estados, que desenvolveram uma *expertise* nessa época em que nós combatemos a corrupção. Agora, a despeito das aproximações que estão sendo feitas com o Parlamento, tenho certeza de que nós jamais teremos no nosso Governo, como em outras oportunidades aconteceram aqui, o conluio, o crime sendo coordenado pelo Palácio do Planalto.

Então, eu tenho certeza de que, diante deste momento que nós estamos vivendo, nós precisamos de uma base parlamentar para aprovar medidas que irão salvar vidas e empregos, dar mais oportunidades, tendo as teses do Governo sendo mais respeitadas. Vemos hoje, quando o Governo tem uma base parlamentar já feita, o quão mais fácil é a aprovação dessas medidas que, repito, salvam vidas e preservam empregos no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/9

73.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/06/2020- CD	16:28
Publ.: DCD - 6/5/2020 - 155	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.985, de 2019, a respeito da permanência de fisioterapeuta em Centros de Terapia Intensiva - CTIs adultos, pediátricos e neonatais, com vista à sua inclusão, onde couber, no substitutivo oferecido pela Relatora da proposição. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa, bem como dos fundos constitucionais.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta o voto "não" ao destaque.

Eu quero aproveitar a oportunidade para fazer menção ao que foi dito por alguns que me precederam e falar da importância que tem para o Brasil e, sobretudo, para o Congresso nós começarmos a pensar naquilo que o Presidente Rodrigo Maia disse, parece-me que ontem,

que nós precisamos tratar rapidamente das grandes reformas estruturantes: a reforma tributária, para desengessarmos o Brasil; a reforma administrativa, para darmos celeridade aos trabalhos e serviços públicos e enxugarmos a máquina pública no nosso País; a reforma dos fundos, diante do pacto federativo, para colocarmos mais recursos nos Municípios, onde a vida acontece, e menos recursos na Capital Federal, para auxiliarmos o Brasil a voltar a crescer.

Muito obrigado.

Documento 5/9

77.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2020- CD	10:56
Publ.: DCD - 6/18/2020 - 51	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de votação, artigo por artigo, da Medida Provisória nº 927, de 2020, a respeito das medidas trabalhistas de enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (Decreto Legislativo nº 6, de 2020). Defesa de realização das reformas tributária e administrativa, e de aprovação das propostas de desburocratização e de estabelecimento do novo marco regulatório do saneamento básico.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Partido Novo orienta "não" a esta matéria.

Eu acho que está muito claro que esta medida provisória realmente não é para gerar emprego. Ninguém falou em gerar emprego aqui. Nós estamos falando em preservar empregos. Nós estamos dando condições para as empresas poderem passar por este momento difícil e preservar os seus funcionários, reduzindo custos fixos referentes às questões trabalhistas.

Quer gerar emprego? Vamos fazer a reforma tributária, vamos fazer a reforma trabalhista, vamos fazer a desburocratização. E vamos aprovar o marco do saneamento básico, porque boa parte da Esquerda foi contra. É o novo pré-sal. Os grandes investimentos em infraestrutura e saneamento básico são extremamente necessários agora para fazer o combate à COVID-19, à pandemia. Grandes capitais que estão com sérios problemas têm saneamento básico muito precário. Há uma relação direta entre a precariedade do saneamento básico e o número

alto de contaminados.

Documento 6/9

78.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/06/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 6/18/2020 - 278	- ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 33 do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2020, da Medida Provisória nº 927, de 2020, acerca de medidas trabalhistas destinadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus (Decreto Legislativo nº 6, de 2020). Anúncio pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de retomada do processo de privatização após a pandemia de coronavírus. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota "não" ao texto.

Registro que o Ministro Paulo Guedes acaba de fazer o que chamo de ameaça ao povo brasileiro, ao dizer que vai retomar, logo após a pandemia, todas as reformas ultraliberais que se propõe a fazer. Então, pelo que nós vimos hoje, na Câmara, os trabalhadores, enfim, o povo brasileiro tem com que se preocupar, porque o desmanche de direitos já está colocado. E, agora, o Ministro ameaça com o desmanche do Estado, através das privatizações - imaginem privatizar na pandemia! -, e com o desmanche do serviço público, através das granadas que ele deposita no bolso do inimigo, que são os servidores públicos.

Portanto, é bom abrirmos os olhos, porque, ao mesmo tempo em que eles retiram direitos e acabam com o Estado, Bolsonaro ameaça com autoritarismo, ditadura e AI-5. Eles estão de pé. Vamos precisar muito do movimento social para derrubar este Governo.

Fora, Bolsonaro! Esta é a única esperança do povo brasileiro.

Documento 7/9

82.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/06/2020- CD	17:16
Publ.: DCD - 6/25/2020 -	-DARCI DE MATOS-PSD -SC	

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 45, apresentada ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.503, de 1997, relativa à instituição do Código de Trânsito Brasileiro. Elogio ao Deputado Vitor Hugo pela atuação à frente da Liderança do Governo. Urgente necessidade de realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD orienta "não" à emenda e "sim" ao texto do Relator.

Eu quero fazer uma menção elogiosa ao nosso Líder do Governo, o Deputado Major Vitor Hugo, que tem se constituído um grande líder, um grande interlocutor do Parlamento com o Governo. O Deputado tem promovido diálogo com as bancadas, com os Líderes; tem sido sereno e equilibrado. Portanto, o Deputado Major Vitor Hugo tem sido motivo de sucesso de muitos projetos do Executivo no Parlamento brasileiro.

Concluo, Deputado Major Vitor Hugo, fazendo um apelo a V.Exa.: nós precisamos tocar urgentemente a reforma tributária e a reforma administrativa, para destravar o Brasil e (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco/DEM - PB) - Tem a palavra o Deputado Darci de Matos, para concluir o seu encaminhamento.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC) - Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que o nosso Líder do Governo, Deputado Major Vitor Hugo, tem desempenhado um papel fundamental articulando a base do Governo na Câmara dos Deputados.

Concluo fazendo um apelo ao Major Vitor Hugo: que nós possamos implementar ações no sentido de, o mais rápido possível, tocarmos a discussão e a aprovação da reforma tributária e, sobretudo, da reforma administrativa, para enxugarmos o poder público no Brasil. Isso é fundamental para reiniciar a retomada econômica no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Importância da aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, a respeito da atualização do marco legal do saneamento básico. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa e de aprovação do marco legal do setor de gás natural. Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, relativa à alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenado em segunda instância). Retrocesso da aprovação, pela Casa, do Projeto de Lei nº 7.596, de 2017, a respeito dos crimes de abuso de autoridade. Necessidade da realização de reformas estruturantes para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado pelo tempo.

Senhoras e senhores, ontem o Senado aprovou o marco legal do saneamento básico. Trata-se de um marco para o Brasil, para a dignidade das pessoas, para a dignidade de mais de 100 milhões de brasileiros que não têm acesso à rede de esgoto, para a dignidade de mais de 30 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada. São milhões de brasileiros que foram colocados para escanteio durante décadas, foram deixados por nós políticos, não somente por aqueles que estão aqui, porque, apesar da demora, nós aprovamos este marco, mas principalmente por aqueles que estiveram tanto nesta Casa, como no Executivo, ao longo dos últimos anos.

É muito importante este momento, que talvez seja tão ou mais significativo que o da reforma da Previdência, que aprovamos no ano passado. A reforma da Previdência, o marco legal do saneamento básico, a MP da Liberdade Econômica, o pacote anticrime, que, apesar de ter sido um pouco desfigurado, foi muito relevante, e outras reformas que estamos na expectativa de aprovar, quem sabe, ainda neste ano, como a reforma tributária, a reforma administrativa, o novo marco legal para o setor de gás no Brasil e a PEC da prisão em segunda instância, são temas muito relevantes.

Teremos, quem sabe, no fim deste ano de 2020, a honra, como membros deste Parlamento, de termos mudado a história do Brasil - é claro que não a história de curto prazo. Não vamos sentir isso agora ou

no ano que vem, mas vamos deixar um legado muito grande para as gerações atuais e, principalmente, para as futuras gerações. Tenho muito orgulho de participar disso.

É claro que o Parlamento aprovou também alguns retrocessos, como o abuso de autoridade. Apesar de meritório o tema, é questionável a forma como a lei foi aprovada. Há outras coisas que deixamos passar. Mas é muito importante este momento em que estamos aprovando reformas estruturantes, que vão deixar o Brasil pronto para o futuro.

O momento é difícil. Nós estamos vivendo este momento da pandemia, de crises institucionais, de crise econômica.

É claro que nós precisamos entender também o curto prazo, mas o problema do curto prazo não vai ser resolvido se não aprovarmos, em conjunto, reformas estruturantes, que vão dar sinalizações não só para o mercado, que muita gente vê de forma negativa ou sem ter a percepção do que seja, mas também para o cidadão comum, para aqueles que estão em casa hoje sem poder sair e que não têm motivação para continuar.

Essas sinalizações são muito importantes, e eu espero que este Parlamento tenha a coragem de aprovar não só medidas como, por exemplo, a prorrogação do auxílio emergencial, que temos discutido, mas também medidas que vão de fato mudar a vida das pessoas no médio e no longo prazo. Votar temas que são de curto prazo é importante, é popular, dá voto e deixa a sua marca, mas são as medidas de longo prazo, estruturantes, que vão de fato mudar o Brasil, e é para isso que estamos aqui neste Parlamento.

Por isso, sejamos protagonistas também dessas reformas, sejamos protagonistas também da mudança de que o Brasil tanto precisa para enfrentar as próximas décadas, os próximos anos, porque é com isso que nós vamos de fato transformar o Brasil. É claro, não podemos esquecer o curto e o médio prazos, porque as pessoas também estão vivendo hoje e precisam ter condições para viver com dignidade.

Obrigado, Presidente.

Documento 9/9

83.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/06/2020-
CD 17:24

Publ.: DCD - 6/26/2020 -
167 DARCI DE MATOS-PSD -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO



Sumário

Caráter histórico da aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Afirmação, pelo Presidente Rodrigo Maia, de votação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 199, de 2019, respectivamente, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional; e sobre a alteração dos arts. de nºs 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão em segunda instância). Congratulações ao Governo Federal pela implantação do novo Programa da Fazenda Pública, destinado à renegociação de dívidas de contribuintes individuais e de empresas junto à União. Apelo ao Ministério da Economia por inclusão de microempresas no novo Programa da Fazenda Pública. Importância de realização das reformas tributária e administrativa, para a retomada do crescimento econômico brasileiro.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, desejo neste momento, em nome da bancada do PSD e do nosso Líder Diego Andrade, afirmar com plena convicção, como já foi dito por aqueles que me precederam, que ontem foi um dia histórico porque o Senado aprovou o novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil.

Essa nova lei dá garantias jurídicas para investidores e cria condições legais para o investimento de capital privado no saneamento básico do Brasil. Isso é fundamental porque 100 milhões de pessoas não têm saneamento básico no País - este é um dado horroroso -; 5 milhões de pessoas fazem as suas necessidades no mato; 30 milhões de pessoas não têm água tratada no Brasil. E, com recursos públicos, não temos condições de fazer o enfrentamento desses índices. Portanto, precisamos buscar recursos privados, Sr. Presidente. Isso não significa que estamos vendendo ou privatizando a nossa água, de forma alguma, como diz a Oposição.

Faço outra observação, Sr. Presidente, à afirmação do Presidente Rodrigo Maia - muito motivadora - de que nós poderemos votar, e com certeza o faremos, a reforma tributária no mês de agosto, uma reforma fundamental para que possamos desengessar o Brasil, porque o nosso arcabouço tributário, o nosso sistema é muito antigo, é muito arcaico, é complexo, é oneroso. Não estamos conseguindo tributar a nova economia, o Google, o Netflix, a telemedicina, o Airbnb. Enfim, o nosso sistema tributário custa muito. Algumas empresas gastam mais de 5% para promover o recolhimento.

É preciso um sistema tributário mais transparente, em que possamos

ter consciência e saber exatamente o que estamos pagando. Hoje o que sabemos é que, daquilo que produzimos, pagamos 40% para os entes públicos, o que é um absurdo. É preciso, sobretudo, um sistema tributário mais justo, porque hoje estamos tributando o trabalhador, o pequeno e o pobre em 49% do consumo. Tudo o que o pequeno ganha ele consome e, portanto, está sendo tributado. E a renda tributamos em 22%. Quer dizer, o grande não está sendo tributado na sua totalidade, em vez do que fazem os americanos, que tributam o consumo em 17%, que é o pequeno, e a renda em 49%.

Sr. Presidente, também faço outra observação à afirmação do Presidente Rodrigo Maia de que temos que votar e vamos votar a prisão em segunda instância. Esse é um desejo do povo brasileiro, é um sonho de todos nós, é um compromisso que nós temos com a Nação.

O Presidente da Comissão Especial é o Deputado Marcelo Ramos, e o Relator é o Deputado Fábio Trad. Passou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, está na Comissão Especial. A Comissão fez um trabalho profundo, consistente. Esperamos que agora possamos votar em plenário a prisão em segunda instância, ou seja, a PEC 199 traz o transitado em julgado para a segunda instância, não só o criminal, mas também o trabalhista e tributário, mexe nos arts. 102 e 105 da Constituição. Essas são notícias fundamentais para o Brasil.

Concluo, Sr. Presidente, parabenizando o Governo Federal, o Executivo, pelo novo programa da Fazenda Pública, que dá condições de o contribuinte individual ou as empresas promoverem uma renegociação com a União, retirando 100% de juros e multa. Isso é fundamental. O Governo imagina que vai poder renegociar, neste momento da pandemia, um montante de cerca de 60 bilhões de reais. É disso que as empresas precisam. Estamos criando, através da Câmara dos Deputados, condições para que o Presidente Bolsonaro enfrente a crise econômica e a da pandemia, sobretudo com condições para que as empresas e o setor produtivo não demitam. Com certeza absoluta, vencer a pandemia e também a crise econômica.

Agora, apelo para o Ministério da Economia a fim de incluir também as microempresas nesse programa de renegociação das dívidas, porque as microempresas, o SIMPLES não foram contemplados.

Sr. Presidente, esperamos que a pandemia passe logo. Precisamos retomar o crescimento da nossa economia. Vamos retomar através das ações que estamos implementando no Parlamento, através das ações do Governo.

Portanto, a reforma tributária, sobretudo a reforma administrativa, que promove o enxugamento da máquina, do poder público, são de

fundamental importância para a retomada do crescimento do Brasil, porque o Brasil é um gigante. No Brasil, nós vamos dar a volta por cima. Temos que levantar a cabeça, buscar a união dos poderes. Temos que ter fé em Deus. Com certeza absoluta, vamos vencer a pandemia e retomar o crescimento da economia do nosso País.

Obrigado.
